IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO E AS AÇÕES DO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE – NUGS / IFSP

Eixo Temático 02 - A TEMÁTICA DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO COTIDIANO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: INTERVENÇÕES E DESLOCAMENTOS

Mariana Ricatieri [1]
Elisa Maria Andrade Brisola [2]

RESUMO

Este artigo analisa o histórico e a atuação do Núcleos de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), destacando sua contribuição para a implementação de políticas institucionais voltadas à equidade de gênero e à promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+. Por meio de uma abordagem qualitativa, exploratória e aplicada, foram realizadas entrevistas com servidores envolvidos no NUGS, complementadas por análise documental. Os resultados apontam que a criação do NUGS, em 2016, possibilitou avanços significativos na institucionalização das políticas de gênero, bem como desafios relacionados à resistências institucionais e carências estruturais.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano, direitos humanos, educação, gênero e sexualidade, políticas públicas.

[1] Mestranda do Curso de Desenvolvimento Humano: Formação, Política e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté - UNITAU, marianaricatieri@gmail.com;
[2] Professora orientadora: doutora, Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Política e Práticas Sociais - UNITAU, elisabrisola@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero e diversidade sexual têm ganhado relevância no cenário educacional brasileiro, impulsionadas por movimentos sociais, legislações nacionais e internacionais, bem como diretrizes institucionais que buscam promover a equidade e o respeito às diferenças no ambiente escolar. Compreende-se o conceito de gênero, conforme Joan Scott (1995), como uma categoria analítica fundamental para a interpretação das relações sociais, que permite compreender as diferenças como construções históricas inseridas em relações de poder. No campo educacional, essa perspectiva se desdobra em análises sobre como as instituições escolares participam da (re)produção de normas de gênero e, simultaneamente, podem funcionar como espaços estratégicos de resistência e transformação. A escola, nesse contexto, não é neutra, mas um lugar de disputa, conforme destaca Louro (1997), e, também, um campo de possibilidade para resistências e reinvenções

A partir dessa concepção, Louro (1997; 2008) aponta a escola como um espaço de disputas simbólicas, na qual discursos e práticas relativas à sexualidade, identidade e diversidade são constantemente negociados. Claudia Vianna (2015) e Vianna e Bortolini (2022) contribuem ao refletir sobre os limites e possibilidades das políticas públicas de gênero no ambiente escolar, destacando o papel das instituições na implementação de ações que promovam a justiça social.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e aplicada, que teve como foco analisar a atuação do NUGS no IFSP. A investigação visou identificar o histórico das políticas de gênero desenvolvidas no âmbito institucional e compreender de que maneira o NUGS se estruturou e se consolidou como instrumento de efetivação dessas políticas no cotidiano escolar.

A metodologia adotada envolveu análise documental de normativas institucionais, além da realização de entrevistas guiadas por um roteiro com membros e ex-membros do NUGS. A análise por triangulação foi utilizada como técnica para organizar e interpretar os dados coletados, permitindo a identificação de categorias que evidenciam tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelos núcleos em sua trajetória.

Os resultados indicam que, embora haja avanços significativos na institucionalização das políticas de gênero no IFSP, sobretudo a partir da criação dos NUGS, persistem desafios relacionados à limitação de recursos, resistência institucional e à necessidade de formação continuada das/os servidoras/es sobre gênero e diversidade sexual. Contudo, a atuação do

NUGS tem se mostrado fundamental na promoção de debates, eventos, orientações pedagógicas e ações de enfrentamento à violência e à discriminação no ambiente escolar, consolidando-se como espaços estratégicos para a promoção de uma educação mais equitativa e plural.

Conclui-se que o NUGS representa uma conquista institucional importante na luta por direitos e equidade de gênero na educação federal desenvolvida no estado de São Paulo, ainda que sua efetivação plena dependa do fortalecimento político e estrutural desses espaços. O estudo contribui, assim, para o aprofundamento do debate sobre políticas públicas de gênero no contexto educacional e para a reflexão sobre o papel das instituições na construção de uma escola democrática e inclusiva.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo insere-se no campo das pesquisas qualitativas, de natureza exploratória e aplicada, voltadas à compreensão de processos institucionais e práticas sociais. O delineamento metodológico buscou captar as percepções e experiências de servidores que atuam ou atuaram no NUGS do IFSP, bem como identificar os caminhos percorridos na construção e implementação das políticas de gênero na instituição.

A coleta de dados foi realizada, após aprovação dos Comitês de Ética e Pesquisa CEP UNITAU – Parecer 6.895.964 e CEP IFSP – Parecer 7.004.883, por meio de entrevistas guiadas por um roteiro, gravadas (autorizada pelos participantes) e transcritas, com quatro servidores do IFSP, dois servidores que iniciaram o núcleo e continuam na atuação e dois servidores que fizeram parte do início e não constituem mais o grupo de trabalho. Esses participantes foram selecionados por terem vínculo direto com a atuação dos núcleos, de modo que suas contribuições pudessem elucidar a trajetória e os impactos dessas ações institucionais.

Além das entrevistas, foram analisados documentos institucionais, como resoluções e publicações do NUGS, a fim de contextualizar historicamente a criação e consolidação das políticas de gênero no IFSP. Os dados obtidos foram trabalhados por meio da técnica de triangulação de dados, articulando as informações das entrevistas, dos documentos e da literatura científica, com o objetivo de garantir maior consistência e profundidade às análises. (Marcondes e Brisola, 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola, enquanto espaço de construção de subjetividades e socialização desempenha papel fundamental na constituição de identidades e na reprodução ou contestação das normas sociais. Segundo Louro (1997; 2008), a instituição escolar não é neutra, ela atua na formação dos sujeitos ao mesmo tempo em que normatiza comportamentos e valores, especialmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade. A autora considera a escola como um espaço marcado por normatizações, mas também por resistências. Louro propõe que as discussões sobre gênero e sexualidade na educação desafiam as estruturas institucionais, promovendo rupturas e novos significados para os processos formativos.

Já Joan Scott (1995) propõe a discussão de gênero entendendo-o como uma categoria analítica que permite compreender como as diferenças entre o masculino e o feminino são construídos socialmente e politicamente. A autora argumenta que o gênero não se refere apenas uma questão individual ou identitária, mas trata-se de mecanismo que estrutura relações de poder. Essa perspectiva é essencial para analisar o modo como políticas institucionais se organizam e impactam os sujeitos no cotidiano escolar.

No contexto educacional brasileiro, Claudia Vianna (2015) e Vianna e Bortolini (2022) evidenciam a dificuldade de efetivação das políticas públicas voltadas à equidade de gênero, ao apontar as lacunas entre o discurso normativo e a prática institucional. Para Vianna, os espaços escolares precisam ser atravessados por um compromisso político e pedagógico com a inclusão e o respeito à diversidade. A autora ainda aponta que essas políticas muitas vezes esbarram na falta de formação docente, na resistência institucional e na desconexão entre normativas e práticas escolares. Esses autores permitem compreender a trajetória de institucionalização das políticas de gênero no IFSP como um processo conflituoso, atravessado por avanços e resistências.

Fernando Seffner (2006) contribui para essa discussão ao enfatizar que os cruzamentos entre gênero e sexualidade se manifestam na construção das identidades e na produção das diferenças. A escola, como lugar simbólico e normativo, atua sobre os corpos e subjetividades, naturalizando hierarquias e expectativas que impactam diretamente a vivência de sujeitos dissidentes. Para o autor é preciso compreender a complexidade desses processos para propor intervenções educativas que não apenas reconheçam, mas também valorizem a diversidade.

Vianna (2015) também destaca que as políticas educacionais de gênero e diversidade sexual, embora fundamentais, enfrentam obstáculos em sua aplicação prática. As resistências institucionais e culturais, bem como a insuficiência de apoio pedagógico e formativo, limitam o alcance dessas políticas. A autora argumenta que é necessário integrar o debate de gênero à formação docente e à gestão escolar como compromisso político com os direitos humanos e com a democratização da educação.

Essas contribuições teóricas fundamentam a análise das ações implementadas pelo NUGS no IFSP, permitindo compreender a sua atuação como uma estratégia institucional para o enfrentamento das desigualdades e promoção dos direitos humanos no ambiente educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas, triangulada com os documentos e o referencial teórico, evidencia que a trajetória das políticas de gênero no IFSP se intensifica a partir de 2014, com influências do Programa Mulheres Mil. Esse programa do governo federal fomentou a discussão sobre a situação da mulher em contexto de vulnerabilidade social e impulsionou a inserção da pauta de gênero na agenda institucional do IFSP.

Em 2015, os Seminários da Diversidade promovidos pela Pró-reitoria de Extensão resultaram na formação de comissões que culminaram na criação do NUGS, em 2016, formalizado pela Resolução nº 147/2016. A estrutura pensada buscou vinculação direta com o gabinete da Reitoria, visando não limitar o trabalho somente à extensão, ao ensino ou à pesquisa, mas garantir sua transversalidade neste tripé que constitui o IFSP. As entrevistas com Beatriz e Alice destacam essa preocupação inicial em consolidar o NUGS como instância institucional e permanente.

O entrevistado Luiz, por sua vez enfatiza a atuação do NUGS na sistematização de dados e proposição de políticas, como a defesa das cotas para pessoas trans, e denuncia a dificuldade em romper com a cultura biologicista predominante nas abordagens iniciais. Alice e Ana relatam os entraves estruturais, como resistência de chefias, ausência de infraestrutura e sobrecarga de trabalho, que limitam a atuação dos integrantes.

A análise dos dados revelou que a institucionalização das políticas de gênero no IFSP é um processo relativamente recente, tendo se intensificado a partir de 2016, com a formalização

do NUGS. A criação desse núcleo representou um marco simbólico e prático no reconhecimento da diversidade como princípio estruturante da política institucional.

As entrevistas destacaram que o NUGS tem promovido ações significativas no campo da educação para a diversidade, como eventos, campanhas, rodas de conversa, formações para docentes e discentes, bem como a elaboração de materiais informativos. Dentre os destaques, foi apontado o trabalho do núcleo no embrião da construção de uma política institucional de cotas para pessoas trans, embasada por dados coletados e sistematizados pelo próprio grupo, o que demonstra a capacidade do NUGS de articular ações pedagógicas e proposições políticas.

No entanto, os participantes também relataram dificuldades estruturais que impactam na atuação dos núcleos, como a ausência de orçamento próprio, a rotatividade de membros e a sobrecarga de trabalho dos servidores envolvidos. Soma-se a isso a resistência cultural ainda presente em alguns campi, que dificulta a aceitação plena das ações voltadas à equidade de gênero e diversidade sexual.

Essas questões demonstram que, embora o NUGS tenha conquistado um espaço importante dentro da instituição, ainda enfrenta barreiras para a consolidação de uma política transversal de enfrentamento às desigualdades. Conforme apontam Louro (1997) e Vianna e Bortolini (2022), as práticas escolares e institucionais são atravessadas por disputas simbólicas, que evidenciam a necessidade de formação contínua e de um compromisso político mais robusto com os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu evidenciar o papel estratégico do NUGS na construção de uma política institucional voltada à diversidade e à equidade de gênero no IFSP. A criação dos núcleos simbolizou um avanço no reconhecimento das pautas LGBTQIAPN+ dentro da educação pública federal e tem possibilitado a realização de ações efetivas, tanto na dimensão formativa quanto na proposição de políticas públicas.

Embora existam desafios significativos, como a falta de apoio estrutural e a resistência institucional, os dados indicam que houve importantes conquistas, como a criação de espaços de formação, a produção de documentos e a promoção de eventos.

Entre os desafios atuais, destaca-se a necessidade de aprofundar a institucionalização de políticas de ações afirmativas para pessoas transexuais. Os estudos sistematizados pelo NUGS,

documentados na publicação "A política de ações afirmativas no IFSP: um olhar para as questões de gênero e sexualidade" (IFSP, 2024), demonstram a urgência de iniciativas concretas que garantam o acesso e permanência de pessoas trans na instituição. A implementação de cotas específicas é uma das propostas defendidas pelo núcleo, ainda em processo de discussão, e representa um passo importante rumo à efetivação de uma política educacional verdadeiramente inclusiva.

Conclui-se que, para a efetivação dessas políticas, é essencial garantir condições institucionais adequadas, reconhecendo o NUGS como protagonista na construção de uma educação mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BORTOLINI, Alexandre; VIANNA, Claudia Pereira. Política de educação em gênero e diversidade sexual: Histórico e presente da experiência brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. n. esp. 3, p. 2215–2234, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.3.16691. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16691. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRISOLA, E. M. A.; MARCONDES, N. A. V. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Ciências Humanas** - UNITAU, Taubaté, v. 4, n. 1, 2011.

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Resolução nº 147/2016, de 24 de novembro de 2016**. Institui o Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS) no âmbito do IFSP. São Paulo: IFSP, 2016.

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **A política de ações afirmativas no IFSP** [livro eletrônico]: um olhar para as questões de gênero e sexualidade / Luciano Paz de Lira...[et al.]. -- São Paulo : Ed. dos Autores, 2024. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Nucleos/Nugs/Acoes_Afirmativas_NUGS_Cartilha_2024.pdf

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. **Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e das(s) diferença(s)**. In: Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed da FEURG, 2006. p. 76-84.

VIANNA, Claudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p.791-806, jul./set. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914. Acesso em: 18 jan. 2025.